
O PODER COMO GOVERNO: UM ESTUDO SOBRE AS NOÇÕES DE GOVERNO E DE GOVERNAMENTALIDADE EM MICHEL FOUCAULT

Pedro Fornaciari Grabois

Resumo:

O artigo apresenta uma análise conceitual da questão do governo no pensamento tardio de Michel Foucault, mostrando a trajetória que as noções de governo e de governamentalidade percorrem em sua obra. O problema ético e político aqui visado é o de uma articulação não só possível, mas necessária, entre o governo dos outros e o governo de si. Pretende-se apontar como a trajetória filosófica de Foucault culmina em uma história das práticas de subjetivação, isto é, uma história das práticas através das quais os sujeitos podem dar forma à própria vida.

Palavras-chave:

Governamentalidade, governo, poder.

Abstract

This article presents a conceptual analysis of government's issue in Michel Foucault's late thought, showing the path drawn by the notions of government and governmentality in his work. The ethical problem aimed here is the problem of an articulation not only possible, but also necessary between "government of the others" and "government of the self". This article intends to show how Foucault's philosophical trajectory culminates in a history of the practices of subjectivation, a history of the practices through which individuals can shape their own lives.

Key-words

governmentality, government, power.

A filosofia é justamente o que questiona todos os fenômenos de dominação em qualquer nível e em qualquer forma com que eles se apresentem.
(Michel Foucault)

1. Introdução

Em *História da Sexualidade 2: O Uso dos Prazeres*, Foucault diz realizar “estudos de história”, mas que não são trabalhos de “historiador” (FOUCAULT, 2008, p. 16). Com efeito, na fase tardia de seu pensamento, conhecida como o “último Foucault”, opera-se um recuo histórico até a Antiguidade greco-romana para compreender como os indivíduos foram chamados a se constituir como sujeitos de conduta moral e efetuar transformações sobre si. Tal problematização histórica leva Foucault a pensar a relação do indivíduo consigo mesmo como lugar de elaboração de si como sujeito ético ativo. As análises históricas fazem aparecer, assim, uma ética que tem seu ponto de apoio nas práticas ou técnicas de si. Estas técnicas permitiam ao indivíduo: efetuar, sozinho ou com a ajuda de outrem, certo número de operações sobre seu corpo, sua alma, seus pensamentos, suas condutas, e seu modo de ser; transformar-se a fim de alcançar um estado de felicidade, de pureza, de sabedoria, de perfeição ou de imortalidade (FOUCAULT, 2001b, p. 1604).

É a partir, então, de uma história da “ética” que Foucault vai pensar na possibilidade de uma “ética do si” na atualidade. A intenção do filósofo francês era pensar, ao mesmo tempo, a impossibilidade e a urgência dessa tarefa política, sem que isso implicasse na transposição do modo de vida greco-romano para a atualidade, transposição que é por ele enfaticamente recusada. Ao apresentar essa perspectiva, o filósofo francês foi acusado de defender uma posição individualista e de promover um descompromisso com “valores universais ou com princípios humanitários das democracias liberais” e um sacrifício da “solidariedade em benefício da autoperfeição” (COSTA, 2003, p. 109 e 118). Tais críticas à sua obra acabam por ignorar que sua reflexão ética tardia em torno do tema histórico do cuidado de si se insere na continuação de toda uma série de estudos sobre a questão da governamentalidade, isto é, da relação entre o governo dos outros e o governo de si. Uma análise mais apurada da trajetória do pensamento foucaultiano mostra mais apropriadamente a relação que há

entre: 1) a autoconstituição do sujeito ético (a subjetivação ética); 2) as formas históricas de governar os indivíduos e as populações nas sociedades ocidentais modernas; e 3) as formas de resistência possível a essas formas de governar. A pretensão de nossa pesquisa é investigar, no pensamento de Foucault, como a subjetivação ética do indivíduo se constitui enquanto forma de resistência possível às diferentes formas de governo que se elaboraram na sociedade moderna. O presente artigo se insere, assim, no contexto de uma pesquisa voltada para o problema de uma articulação não só possível, mas necessária, entre o governo dos outros e o governo de si.

Aqui, não trataremos especificamente da questão do sujeito ou da resistência, mas focaremos nas noções de governo e de governamentalidade, que consideramos de capital importância para o pensamento foucaultiano e, neste sentido, concordamos com Edgardo Castro (2009, p. 190), quando situa estas duas noções no centro da obra do filósofo francês. Estas duas noções, que aparecem no “último Foucault”, vão tomando novas dimensões a cada curso proferido no *Collège de France* e a cada publicação de artigos e entrevistas, hoje encontrados reunidos nos *Dits et Écrits*. Para compreendermos, então, a questão do governo, ou antes, o governo como questão no pensamento ético e político de Foucault, precisamos mostrar sua relação com uma série de outras noções, que inclui: sujeito, poder e liberdade, entre outras.

2. O poder como governo

Uma das marcas de originalidade do pensamento de Foucault foi o modo como ele pensou o poder. Em meados de 1970, quando desenvolveu sua analítica ou genealogia do poder, Foucault recusou pensar o poder como tendo uma essência exclusivamente negativa e repressora, recusou as teorias do poder tradicionais, liberais ou marxistas. Foucault não se propôs a fazer uma nova teoria dos fundamentos do poder, mas procurou estudar como o poder se exerce. Em obras como *Vigiar e Punir* (1975) e *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1976), Foucault operava com uma noção de poder que não significava nem representação monárquica do poder soberano, nem lei, nem unidade global de dominação, nem substância, nem algo que se pudesse possuir. Com efeito, Foucault não pensa o poder como sendo uma entidade coerente, unitária e estável, mas procura analisar as relações de poder, “que supõem

condições históricas de emergência complexas e que implicam efeitos múltiplos, compreendidos fora do que a análise filosófica identifica tradicionalmente como o campo do poder” (REVEL, 2005, p. 67). Em entrevista que concedeu no Japão, em 1978, quando lhe perguntam sobre o que havia de novo na sua análise do poder em relação à “teoria clássica do poder”, Foucault responde:

não é a teoria que é diferente, mas o objeto, o ponto de vista. Em geral, a teoria do poder concebe-o nos termos do direito e levanta a questão de sua legitimidade, de seu limite e de sua origem. Minha pesquisa incide sobre as técnicas do poder, sobre a tecnologia do poder. Ela consiste em estudar como o poder domina e se faz obedecer. (FOUCAULT, 2001c, p.532, grifos nossos, tradução nossa¹).

Em um texto retrospectivo chamado “O Sujeito e o Poder”, Foucault afirma que, no lugar do poder, foi o sujeito que constituiu o tema geral de sua pesquisa (FOUCAULT, 1995, p. 232). Nossa intenção aqui não é fazer uma explanação exaustiva das implicações da noção de poder no pensamento foucaultiano, queremos antes elucidar a relação entre poder e sujeito, ou melhor, entre exercício do poder e produção da subjetividade.

Na sua analítica do poder, tratava-se de práticas de divisão do sujeito: “o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Esse processo o objetiva. Exemplos: o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os ‘bons meninos’” (FOUCAULT, 1995, p. 231). Tratava-se, ainda, da fabricação da individualidade mesma, como vemos Foucault afirmar: “o que me parece característica da forma de controle atual é o fato de que ele se exerce sobre cada indivíduo: um controle que nos fabrica, impondo-nos uma individualidade, uma identidade” (FOUCAULT, 1994, p. 662 *apud* CASTELO BRANCO, 2009, p. 287). O poder, ou melhor, as relações de poder atravessam os indivíduos, objetivando-os, subjugando-os ou sujeitando-os². O poder, do modo como era visado por Foucault em sua analítica do poder, não permitia pensar a relação do indivíduo consigo mesmo como uma relação criadora de novas formas de subjetivação. As relações de poder não se articulavam ainda, em suas análises, com a possibilidade do indivíduo de oferecer resistência e recusa às obrigações e estruturas falsamente

¹ No original em francês, lê-se: “Ce n’est pas la théorie qui est différente, mais l’objet, le point de vue. En général, la théorie du pouvoir en parle en termes de droit et pose la question de sa légitimité, de sa limite et de son origine. Ma recherche porte sur les techniques du pouvoir, sur la technologie du pouvoir, elle consiste à étudier comment le pouvoir domine et se fait obéir.”

² A palavra “assujettissement” (em francês), usada por Foucault, carrega a ideia mais exata de transformação de indivíduos em sujeitos, que ficaria mais evidente com o neologismo em português “assujeitamento”.

necessárias que pesavam sobre sua constituição. Segundo Portocarrero, a “*reabilitação da noção de governo é muito importante*, devido à sua possibilidade de escapar ao tão discutido caráter de impossibilidade de luta, que marcaria sua analítica do poder” (2006, p. 289, grifo nosso). Assim, é a definição foucaultiana do poder como governo que contribui para uma compreensão mais nítida da relação entre poder e resistência. Essa re colocação da noção de poder no âmbito da noção de governo fica bem explicitada em outro trecho do texto, acima citado, “O Sujeito e o Poder”: “o poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do ‘governo’” (FOUCAULT, 1995, p. 244). Vale notar que já em *A Vontade de Saber* (1976), Foucault (1988, p. 91) considerava que “onde há poder há resistência”, no entanto, como bem afirma Castelo Branco (2009, p. 289): “malgrado a força descritiva dos mecanismos e técnicas de poder apresentados na analítica do poder, Foucault percebe, a partir de 1978, que sob certas condições a força dos indivíduos e dos grupos tem o potencial de contestar os sistemas hegemônicos de poder e consegue modificá-los”. Ainda segundo Castelo Branco, o último Foucault “passa a estudar o papel das resistências” em “suas perspectivas de êxito”. Para chegarmos, então, à fase do pensamento foucaultiano que vislumbra para os indivíduos um espaço expressivo e importante para o exercício efetivo da liberdade, precisamos percorrer o trajeto que é inaugurado com a noção de governo.

3. O governo como fio condutor

Já no curso *Os Anormais* (1974-1975), Foucault abordara a temática do governo³. No entanto, é apenas a partir do curso *Segurança, Território, População* (1978) que a noção de governo é tomada como fio condutor para suas análises e é também neste curso que surge a noção de governamentalidade. No resumo que Foucault preparou para o curso, lê-se que este tinha a intenção de tratar da “gênese de um saber político” que localizava no centro de suas preocupações a noção de população e os mecanismos capazes de assegurar a regulação desta (FOUCAULT, 2001f, p.719). A noção de governo é tomada como fio condutor justamente para seguir tal gênese.

³ Cf. FOUCAULT, 2001d, p. 60, 217, 224, 270, 274, 350.

3.1. O poder pastoral

Antes do século XVI, nas sociedades gregas e romanas, não se pensava o “governo dos homens” como atividade que teria por finalidade conduzir os indivíduos ao longo de suas vidas, colocando-os debaixo da autoridade de um guia responsável por aquilo que viessem a fazer e por aquilo que poderia lhes sobrevir. Segundo Foucault, para os gregos e romanos, a figura da divindade, do rei ou do chefe não era atribuída à ideia de um pastor que vigiaria suas ovelhas⁴. Defende assim a ideia de que, no Oriente, os hebreus teriam dado amplitude ao tema do poder pastoral, atribuindo a este uma série de características que se modificariam no pensamento cristão, ponto que não será por nós contemplado aqui. Gostaríamos de ressaltar apenas acerca da figura do pastor é que a ela se atribuía a função de conduzir o grupo de ovelhas no conjunto e no detalhe, prestando atenção a todos sem perder de vista nenhum membro do rebanho. No Ocidente, foi justamente através do cristianismo que essa modalidade de poder tomou forma institucional. Naquilo que Foucault chama de pastorado eclesiástico da Igreja cristã, o governo das almas se constituía como atividade central, indispensável à salvação de todos e de cada um. Foucault define assim o poder pastoral como poder individualizante e totalizante. Esta tecnologia de poder foi integrada posteriormente pelo Estado moderno ocidental. Este último foi, sempre segundo Foucault, a combinação mais astuciosa das técnicas de individualização e dos procedimentos de totalização que já houve na história das sociedades humanas (FOUCAULT, 1995, p. 236).

Na Europa dos séculos XV e XVI, ocorre, então, uma crise geral do pastorado, na qual não se rejeita propriamente a instituição pastoral, mas procuram-se outras modalidades de direção espiritual e de novos tipos de relação entre pastor e rebanho (FOUCAULT, 2001f, p.720). É o momento também de um questionamento geral sobre o governo, isto é, questiona-se: o governo de si (a partir de um resgate do estoicismo,

⁴ Em “*Omnes et singulatim*”: *vers une critique de la raison politique*, Foucault afirma que a metáfora do rebanho estava ausente dos grandes textos políticos gregos e romanos. No entanto, ele aponta como o tema de um magistrado-pastor também estava presente na obra de Platão em diálogos como *Crítias*, *A República*, *As Leis* e sobretudo em *O Político*. Foucault mostra como Platão, embora atribuísse ao médico, ao agricultor, ao ginasta e ao pedagogo a qualidade de pastores, não admitia que estes se envolvessem com atividades políticas. Cf. FOUCAULT, 2001e, p. 960 e 962. Foucault faz longa análise acerca do tema pastoral nos hebreus, nos gregos e nos cristãos, mostrando continuidades e descontinuidades em suas abordagens. No presente artigo, não nos deteremos em tal análise.

entre outros fatores), o governo das almas e das condutas (a partir das pastorais católica e protestante), o governo das crianças (com o desenvolvimento da pedagogia), e o governo dos Estados pelos príncipes. O contexto histórico que justifica a presença de tais questionamentos no século XVI envolve o movimento de concentração estatal e o de dissidência ou dispersão religiosa. O primeiro refere-se ao processo de formação dos grandes Estados territoriais, administrativos, coloniais, e o segundo se refere à Reforma (protestante) e à Contra-Reforma (católica). Este último fator justifica em parte a crise do pastorado, a que acabamos de nos referir. Em resumo, o que ocorre nesse período é o aparecimento efetivo do governo como problema, a questão que se levanta é “como se governar, como ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível [?]” ou ainda “como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método [?]” (FOUCAULT, 2004a, p. 277-278). A problemática do governo em geral se condensa, então, na tripla questão: “como se governar, como ser governado, como governar os outros [?]” (FOUCAULT, 2001g, p.636).

3.2. A arte de governo

Do século XVI até o final do século XVIII, começam a se desenvolver artes de governar, apresentadas em tratados não mais sob a forma de conselhos aos príncipes, no entanto, não ainda como uma ciência da política. Surge uma imensa literatura do governo, da qual Foucault procura depreender noções importantes relativas à definição de “governo do Estado”, ou aquilo que ele procura chamar de “governo em sua forma política”. O que Foucault procura mostrar em relação ao problema do governo dos homens e da arte de governar é que este:

tende a sofrer um deslocamento, mediante o qual a ênfase no elemento religioso e/ou espiritual transfere-se para uma racionalidade política assentada numa razão de Estado, e em que o poder soberano, então, toma como objeto de sua gestão não só a vida dos indivíduos como tais, mas a vida do corpo-espécie da população (GADELHA, 2009, p.124).

A literatura do governo se contrapunha ao *Príncipe* de Maquiavel. Foucault identifica-a assim como sendo uma literatura anti-Maquiavel, que, além de ter uma função negativa e de censura, apresentava-se como “um gênero positivo que tem objeto, conceitos e estratégia” (FOUCAULT, 2004a, p. 279). O Príncipe de Maquiavel era “essencialmente um tratado da habilidade do príncipe em conservar seu principado e é

isto que a literatura anti-Maquiavel” tentou “substituir por uma arte de governar” (FOUCAULT, 2004a, p. 280). O príncipe maquiavélico era único em seu principado e estava em posição de exterioridade ou de transcendência em relação a este. Contraposta a esta singularidade e transcendência do príncipe, Guillaume de La Perrière, autor integrante da literatura anti-Maquiavel, defende uma pluralidade de formas de governo e uma imanência dessas mesmas práticas em relação ao Estado. Para La Perrière, governar implica em práticas múltiplas e todas essas muitas formas de governo estão dentro do Estado ou da sociedade (por exemplo, o governo de uma casa, das almas, de uma província, de um convento, de uma ordem religiosa, de uma família), sendo muitos aqueles que podem governar (por exemplo, o pai de família, o superior do convento, etc.).

As reflexões acerca da arte de governo dessa época da literatura anti-Maquiavel ainda vinculavam moral (governo de si), economia (governo da família) e político (governo do Estado). A arte de governar respondia à questão: “como introduzir a economia – isto é, a maneira de gerir corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas no interior da família – ao nível da gestão de um Estado?” (FOUCAULT, 2004a, p. 281). O bom governo era o governo econômico, análogo ao do pai de família, que exercia controle e vigilância sobre os filhos e a mulher. A arte de governo, formulada no século XVI, viu-se bloqueada no século XVII pela primazia do problema da soberania: “enquanto a soberania foi o problema principal [...] e o exercício do poder foi pensado como exercício da soberania, a arte do governo não pôde se desenvolver de modo específico e autônomo” (FOUCAULT, 2004a, p. 286). Segundo Foucault, o mercantilismo é “a primeira racionalização do exercício do poder como prática de governo” e “é com ele que se começa a constituir um saber sobre o Estado” (2004, p.286). No entanto, o mercantilismo, como ainda visava a força do soberano como seu principal objetivo, não foi capaz de desbloquear a arte de governo. Pode-se dizer, de forma resumida, que a arte de governo era limitada por duas coisas no século XVII: pela soberania, como problema e como instituição, podendo-se remeter a Hobbes a fundamentação da relação entre soberano e súditos; e pela família, pois a arte de governar ficava referida apenas à economia, que na época ainda se restringia ao domínio da família e da casa. Escreve Foucault (2004a, p.287): “Com o Estado e o soberano de um lado, com o pai de família e sua casa de outro, a arte de governo não podia encontrar

sua dimensão própria.” Num momento seguinte, o desbloqueio da arte de governar, segundo Foucault, estará intimamente ligado à emergência do problema da população. Esta apresenta regularidade própria, características próprias, fenômenos irreduzíveis aos da família e efeitos específicos. A família passa a um plano secundário em relação à população, aparecendo como elemento no interior da população, isto é, já não é modelo, mas segmento da população. É, contudo, ao mesmo tempo, instrumento privilegiado para o governo da população. O que permite à população desbloquear a arte de governar é justamente o fato de ela eliminar a família enquanto modelo para o governo. A população apresenta-se mais como fim e instrumento do governo do que como força do soberano. O objetivo final do governo passa a ser melhorar a sorte da população. Esta se mostra como sujeito de necessidades e aspirações e como consciente daquilo que quer, mas é também, ao mesmo tempo, objeto nas mãos do governo e inconsciente do que este quer dela. Foucault sinaliza, assim, o nascimento de uma arte ou de táticas e técnicas totalmente novas e aponta a passagem, no século XVIII, de uma arte de governo para uma ciência política, da soberania para as técnicas de governo; passagem esta realizada em torno da população, em torno do surgimento da economia política. Em toda esta trama, o governo se constitui, como vemos, enquanto problema central. A análise que Foucault elabora no curso de 1978 o leva à pretensão de fazer uma “história da *governamentalidade*”. Na época, o filósofo francês tomou a palavra *governamentalidade* em três diferentes e complementares acepções:

1 – o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança; 2 – a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes; 3 – o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco sendo governamentalizado (FOUCAULT, 2004a, p. 291-292).

3.3. A razão de Estado

A formação de uma “governamentalidade política” – isto é, “a maneira pela qual a condução de um conjunto de indivíduos se viu implicada, de modo cada vez mais

marcado, no exercício do poder soberano” (FOUCAULT, 2001f, p.720, tradução nossa⁵) – se liga, assim, ao surgimento da “razão de Estado”. Passa-se de uma arte de governar cujos princípios pertenciam a virtudes tradicionais ou a habilidades comuns para uma arte de governar cuja racionalidade tem seus princípios e seu domínio de aplicação específico no Estado. A “razão de Estado” se apresenta assim como a nova matriz de racionalidade segundo a qual o príncipe deve exercer sua soberania governando os homens. Esse tipo específico de racionalidade não procurava reforçar o poder do príncipe sobre seu domínio, ao contrário, seu objetivo era o de fortalecer o próprio Estado. A razão de Estado, enquanto governo racional capaz de aumentar a potência do Estado em acordo com ele mesmo, passava pela constituição prévia de um saber concreto, preciso e medido. O governo só era possível se a força do Estado fosse conhecida, sua capacidade e os meios de aumentá-lo devendo também ser conhecidos. Do mesmo modo, a força e a capacidade dos outros Estados também deviam ser conhecidas. O que quer dizer que o desenvolvimento de uma “*estatística* ou *aritmética* política”, isto é, o conhecimento das forças respectivas dos diferentes Estados era tido como indispensável ao bom governo. (FOUCAULT, 2001e, p. 972).

Para resumir, podemos afirmar que a razão de Estado tomou forma através de dois grandes conjuntos de saber e de tecnologia políticos. Por um lado, havia uma tecnologia diplomático-militar, que consistia em assegurar e desenvolver as forças do Estado por um sistema de alianças e pela organização de um aparelho armado. Por outro lado, havia a “polícia”, que significava, naquela época, o conjunto dos meios necessários para fazer crescer, do interior, as forças do Estado. Tanto os franceses quanto os alemães dos séculos XVII e XVIII pensaram uma ciência da polícia, de maneira bastante aproximada. Aqueles se referiam a esta ciência pelo termo *police* e estes pelo termo *Polizeiwissenschaft*. A “polícia”, segundo Turquet, autor da época, tinha o homem como seu verdadeiro objeto. Na verdade, a vida dos indivíduos era o alvo da ação da polícia. Segundo Foucault (2001h, p. 1644), a polícia governava, não pela lei, mas intervindo de maneira específica, permanente e positiva na conduta dos indivíduos. A polícia (*die Polizei*), por oposição à política (*die Politik*) – a qual se atribuía, na época, a tarefa negativa de combater os inimigos internos e externos do Estado, usando a lei contra os primeiros e as forças armadas contra os segundos – tinha

⁵ No original em francês, lemos: “la manière dont la conduite d’un ensemble d’individus s’est trouvée impliquée, de façon de plus en plus marquée, dans l’exercice du pouvoir souverain”.

assim uma missão positiva: consolidar a vida cívica e a potência do Estado. A população passa, assim, a ser o objeto por excelência da polícia.

3.4. Liberalismo como crítica da razão governamental

A *biopolítica* foi a maneira pela qual se tentou, a partir do século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios a um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças, etc. (FOUCAULT, 2001i, p.818). Esta é uma noção de grande importância no pensamento de Foucault e surge a partir de suas análises sobre o governo da população, a ela o filósofo francês dedica o curso, no *Collège de France, Nascimento da Biopolítica (1979)*. Não pretendemos nos deter aqui nesta noção, mas gostaríamos ainda de seguir nossa análise da questão do governo.

O problema que se coloca à questão do governo das populações é o da intervenção permanente do Estado na vida social. Tal problema era visto por Foucault como “característico da nossa política moderna e da nossa problemática política”. O “liberalismo”, segundo Foucault, era portador da desconfiança de que se governava demasiadamente, de que se governava em excesso, isto é, o liberalismo era atravessado pelo princípio de que era preciso sempre desconfiar de que se governa em excesso. Tal desconfiança traduz-se na questão: por que, então, seria preciso governar? por que é preciso que haja governo? À questão “como governar o máximo possível e com o menor custo possível?” substitui-se a questão “por que é preciso governar?”⁶.

O liberalismo rompe, assim, com a “razão de Estado”, que defendia uma governamentalidade crescente a partir da existência e do fortalecimento do próprio Estado. Por “liberalismo” Foucault compreende: uma prática, uma “maneira de fazer” orientada em direção a objetivos e regulada por uma reflexão contínua, devendo ser, portanto, analisado como princípio e método de racionalização do exercício do governo. A racionalização liberal parte assim do pressuposto de que o governo não é seu próprio fim. Vale frisar que Foucault não trata aqui da instituição “governo”, mas da atividade

⁶ Em conferência proferida em 1978 intitulada “Qu’est-ce que la critique?”, Foucault formula a questão do governo em termos negativos: “como não ser governado deste modo?”. Procura definir, então, a crítica como a “arte de não ser governado de tal maneira”. Este outro elemento de análise do governo pede um desenvolvimento próprio e não será explorado no presente artigo.

que consiste em conduzir a conduta dos homens em um quadro e com instrumentos estatais (FOUCAULT, 2001i, p.819).

Em resumo, acerca do liberalismo do século XIX, podemos afirmar que ele constitui-se enquanto instrumento crítico da realidade: de uma governamentalidade anterior, da qual se ensaia um afastamento; de uma governamentalidade atual que se tenta reformar e racionalizar; de uma governamentalidade à qual se faz oposição e da qual se tenta limitar os abusos (FOUCAULT, 2001i, p. 821). O que quer dizer que a reflexão liberal serviu como crítica dos excessos de governamentalidade, num preciso momento da história⁷.

4. Governamentalidade e liberdade: do governo dos outros ao governo de si

Segundo Jorge Ramos do Ó (2005, p. 17), as democracias liberais fornecem um novo quadro interpretativo para a análise de Foucault acerca das relações de poder: “Foucault mostra como historicamente [...] o poder político se vai exercendo cada vez mais através de alianças delicadas entre uma miríade de autoridades”, de modo que se torna possível “a agregação de realidades que vão desde as relações econômicas até a conduta dos indivíduos particulares”. Ramos do Ó defende ainda que:

A questão em causa não é a da coerção e dos constrangimentos exercidos sobre a massa dos governados. O poder liga-se antes aos modos como, numa dinâmica onde a autonomia e a liberdade estão cada vez mais presentes, se produzem cidadãos. Estes não são destinatários mas intervenientes nos jogos e nas operações de poder (2005, p.17).

Deste modo, entra em jogo, no quadro da governamentalidade, a questão da liberdade. Para M. Senellart (2008, p. 534), “a análise dos tipos de governamentalidade é indissociável, em Foucault, da análise das formas de resistência, ou ‘contracondutas’, que lhe correspondem”. O Estado, ao mesmo tempo totalizante e individualizante, já não pode ser a única matriz de análise da questão do governo dos indivíduos. O governo dos outros, pelos múltiplos governantes possíveis, articula-se agora com o governo de si por si mesmo. A noção de governo – que, até o curso no *Collège de France* intitulado *Du Gouvernement des vivants* (1980), era compreendida de maneira bastante ampla como governo das crianças, das almas e das consciências, da casa, do Estado ou de si

⁷ As análises de Foucault acerca deste assunto abarcam ainda o liberalismo alemão dos anos 1948-1962 e o liberalismo americano da Escola de Chicago. Pontos que não serão aqui explanados.

mesmo – passa a ser visada a partir das técnicas de si⁸. O governo de si será assim o novo fio condutor das análises de Michel Foucault. Em *Subjectivité et vérité*, curso no *Collège de France* de 1981, o filósofo anuncia que é a partir de uma história do “cuidado” e das “técnicas” de si que seria possível fazer a história da subjetividade: não mais, no entanto, através das práticas divisoras do indivíduo, acima citadas, mas através do surgimento e das transformações na nossa cultura das “relações a si mesmo”, com sua “armadura técnica” e seus efeitos de saber. O autor de *História da Sexualidade* aponta, assim, a possibilidade de tomar a governamentalidade sob outro aspecto, a saber: o do governo de si por si em sua articulação com as relações com outrem (FOUCAULT, 2001j, p.1033). É dessa forma que a governamentalidade vai se inserir numa história do cuidado de si, projeto ao qual Foucault dá continuidade no curso do *Collège de France* do ano seguinte: *A hermenêutica do sujeito* (1982). Neste curso, o filósofo francês define, então, governamentalidade como um campo estratégico de relações de poder, no que estas têm de móvel, transformável e reversível. Recoloca-se o poder político dentro da questão da governamentalidade e a análise desta passa a ser compreendida como a análise do poder enquanto conjunto de relações *reversíveis*, passando sempre pelo elemento de um sujeito definido pela relação de si consigo mesmo. Foucault, deste modo, acaba por apontar uma cadeia de noções que envolve: relações de poder, governamentalidade, governo de si e dos outros, e, relação de si a si. A partir desta trama ele aponta uma possível articulação entre política e ética (FOUCAULT, 2001a, p. 241-242).

O cuidado de si foi o modo pelo qual a liberdade foi pensada enquanto ética pelos greco-romanos nos primeiros séculos de nossa era. No estudo de Foucault, há uma consonância entre a ética desenvolvida pelos cidadãos livres da Grécia e da Roma antigas e a possibilidade de os indivíduos ou sujeitos serem livres na atualidade – possibilidade de se liberarem, não propriamente do Estado, mas do tipo de individualização que a ele se vincula. Segundo Foucault, seria preciso promover novas formas de subjetividade (ou de subjetivação) e recusar o tipo de individualidade que nos teria sido imposto durante séculos e que nos fez aceitar como evidentes, necessárias e universais certas obrigações que na verdade quando criticamente analisadas revelam-se

⁸ Logo no início do presente artigo, apresentamos uma definição para as “técnicas de si”. Em outro artigo nosso, abordamos, mais detalhadamente, o recuo histórico de Foucault à Antiguidade greco-romana e aos modos de subjetivação ali elaborados, cf. GRABOIS, 2011, p. 105-120.

historicamente singulares. A pretensão é, então, romper com as evidências sobre as quais se apoiavam nossos saberes, nossos consentimentos e nossas práticas.

No que diz respeito à relação entre poder e liberdade, Foucault defende que para o exercício do poder não é preciso renúncia ou privação da liberdade, isto é, liberdade e poder não estão em relação de exclusão, não havendo, portanto, confronto entre um e outro. Ao contrário, só se pode exercer o poder sobre sujeitos livres, entendendo por sujeitos livres sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades em que diversas condutas, reações e modos de comportamento podem tomar lugar (FOUCAULT, 1995, p. 244).

As relações de poder são da ordem do governo e consistem em “conduzir condutas”. São sujeitos livres que governam sujeitos livres, ou seja, onde há relações de poder, há liberdade e há a possibilidade de resistência. A pergunta “como ser governado?”, à qual fizemos menção anteriormente, não se coloca aqui como a entrega da liberdade na mão de outrem ou como a transferência dos próprios direitos em nome de uma instituição que estaria acima dos indivíduos e a eles seria exterior, como o é no caso do poder estatal. Perguntar “como ser governado?” é antes o modo pelo qual sujeitos livres se governam uns aos outros, fazendo uso de seu poder de escolha.

As práticas de governo de si e dos outros, compreendidas na noção de governamentalidade, também podem ser compreendidas como *práticas de liberdade*, ou como a prática da liberdade. Colocando em questão a capacidade de uma instituição ou de uma lei em garantir a liberdade dos indivíduos e tomando a arquitetura como objeto de análise nas suas pretensões liberadoras, Foucault defende que a liberdade não pode nunca ser pensada como estando dada na estrutura das coisas. As intenções liberadoras de um arquiteto só produzem efeitos positivos quando coincidem com a ação real dos indivíduos que se empenham em praticar a liberdade: “a liberdade é uma prática”, “a liberdade é o que se deve exercer”, “a garantia da liberdade é a liberdade” mesma (FOUCAULT, 2001k, p.1094-95). Distinguindo ainda “liberação” de “práticas de liberdade”, Foucault afirma ter sempre desconfiado do tema geral da liberação, indo de encontro à ideia de que existiria uma natureza ou essência humana que, após certo número de processos históricos, econômicos e sociais, teria sido mascarada, alienada ou aprisionada através de mecanismos de repressão, e que bastaria libertar esta natureza humana para que o ser humano se reconciliasse consigo mesmo (FOUCAULT, 2004b,

p.265). Entretanto, Foucault não nega a existência de práticas de liberação, e dá como exemplo a tentativa de um povo colonizado em se libertar de seu colonizador. Tal prática de liberação apenas abre um campo para novas relações de poder, que precisarão ser controladas em seguida por práticas de liberdade. As práticas de liberdade são o modo pelo qual o povo, a sociedade e os indivíduos podem definir para eles mesmos formas aceitáveis e satisfatórias da sua existência ou da sociedade política (FOUCAULT, 2004b, p. 265-266). As práticas de liberação se apresentam então como necessárias, mas ao mesmo tempo como insuficientes para garantir a liberdade efetiva dos indivíduos. Esta liberdade, do mesmo modo que o poder, não existe enquanto substância, só existe em ato: só há a liberdade que se exerce, que se pratica. O problema ético, aqui visado por Foucault, resume na pergunta: “como se pode praticar a liberdade?”. A prática da liberdade é, assim, colocada não como solução fechada e bem definida, mas como problema que deixa um campo em aberto, que é o próprio campo de ações ligadas ao exercício da liberdade. Este problema ético – da definição das práticas de liberdade – é bem mais importante e cauteloso do que a tentativa de definir um programa de ação que pudesse dar conta estruturalmente da liberdade e dos direitos do povo. Embora considere de fundamental importância a esfera da relação do indivíduo consigo mesmo, Foucault não pretende negar ou esvaziar as discussões atreladas à esfera pública, se assim quisermos denominá-la. O *êthos* da liberdade, vinculado à ideia de uma elaboração de si por si mesmo, permanece sempre inserido numa complexa relação com o governo ou o cuidado dos outros.

Em resumo, pode-se guardar a definição que Foucault estabelece, já nos últimos anos de sua vida, para a noção de governamentalidade: “Chamo ‘governamentalidade’ o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si.” (FOUCAULT, 2001b, 1604). Nesse mesmo artigo, que data de 1982, Foucault diz se interessar cada vez mais pela interação que se opera entre o si e os outros, pelas técnicas de dominação individual, pelo modo de ação que um indivíduo exerce sobre si mesmo através das técnicas de si.

5. Considerações finais: o governo posto em questão

O que visamos em nosso estudo é o que poderíamos chamar de problema geral da relação entre indivíduo e sociedade ou entre individualidade e coletividade, ou ainda, o problema geral das relações humanas na sociedade, problema já amplamente explorado por diversos autores tanto da Filosofia quanto da Sociologia e de outras áreas. Contudo, para Foucault, as relações entre governo de si e governo dos outros não se constituem enquanto “problema geral” ou “abstração sociológica”. A análise destas relações é antes feita a partir da *história*, e de uma história das práticas de si. O que quer dizer que o filósofo francês utiliza sua análise do desenvolvimento histórico do governo de si como fio condutor para repensar as relações de poder na sociedade contemporânea. Tal modo de investigação se afasta consideravelmente da abordagem filosófica tradicional das questões ligadas à ética e à política, quando, por exemplo, recusa o elemento jurídico como quadro de inteligibilidade fundamental para pensar as relações sociais e políticas. Assim, a análise foucaultiana da questão do governo pode em muito contribuir para as pesquisas, reflexões e práticas atuais em ética e política.

Segundo Revel, o interesse foucaultiano pela ética, nos anos 80, “longe de ser o fim da problematização filosófica e histórica das estratégias de poder e de sua aplicação, re-propõe a análise do campo político a partir da *constituição ética dos sujeitos*” (2005, p. 46, grifo nosso). A partir do encontro entre técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si, Foucault se deterá nas formas de subjetivação moral sem jamais renunciar à dimensão política de seu pensamento (DAVIDSON, 2004, p.655). O pensador francês, ao conferir importância às diferentes formas de subjetivação ou práticas de si, não assume para seu pensamento ético uma posição individualista. Ao contrário, sua perspectiva defende que as práticas de si estão sempre inseridas num contexto mais amplo de práticas sociais, constituindo-se enquanto pontos de resistência aos tipos de governamentalidade que, ao longo dos séculos, impuseram determinadas formas de ser aos sujeitos. Assim, é o caminho aberto pela noção de governamentalidade que nos permite pensar a elaboração de um sujeito ético ativo, capaz de oferecer resistência e recusa ao tipo de individualidade imposta por sistemas hegemônicos de poder presentes nas sociedades ocidentais modernas.

Referências bibliográficas:

- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CASTELO BRANCO, G. *Foucault*. In: PECORARO, Rossano (org.). **Os filósofos: clássicos da filosofia: v. III: de Ortega y Gasset a Vattimo.** Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.
- _____. *Considerações sobre ética e política.* In: PORTOCARRERO, V.; CASTELO BRANCO, G. **Retratos de Foucault.** Rio de Janeiro: Nau, 2000, p.310-327.
- COSTA, J. S. F. *O sujeito em Foucault: estética da existência ou experimento moral?* In: ARAÚJO, L.B.L.; BARBOSA, R.J.C. (orgs.). **Filosofia prática e modernidade.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003, p. 109-132.
- DAVIDSON, A. I. *Le gouvernement de soi et des autres.* In: FOUCAULT, M. **Philosophie: anthologie.** Paris: Éditions Gallimard, 2004, p.651-664.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985a.
- _____. **História da sexualidade 3: o cuidado de si.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985b.
- _____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. *Qu'est-ce que la critique? [Critique et Aufklärung]* In: **Bulletin de la Société Française de Philosophie**, vol. 82, n.º 2, pp. 35-63, avr./juin 1990.
- _____. *O sujeito e o poder.* In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica).** 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.
- _____. **L'herméneutique du sujet.** Paris: Seuil/Gallimard, 2001a.
- _____. *Les techniques de soi.* In: DÉFERT, D.; EWALD, F. (eds.). **Dits et écrits II. (1976-1988).** Paris: Gallimard, 2001b, p. 1602-1632.
- _____. *La société disciplinaire en crise.* In: DÉFERT, D.; EWALD, F. (eds.). **Dits et écrits II. (1976-1988).** Paris: Gallimard, 2001c, p.532-534.
- _____. **Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975).** 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001d.
- _____. *Omnes et singulatim: vers um critique de la raison politique.* In: DÉFERT, D.; EWALD, F. (eds.). **Dits et écrits II. (1976-1988).** Paris: Gallimard, 2001e, p. 953-980.
- _____. *Sécurité, territoire et population.* In: DÉFERT, D.; EWALD, F. (eds.). **Dits et écrits II. (1976-1988).** Paris: Gallimard, 2001f, p. 719-723.

- _____. *La "gouvernementalité"*. In: DÉFERT, D.; EWALD, F. (eds.). **Dits et écrits II. (1976-1988)**. Paris: Gallimard, 2001g, p.635-657.
- _____. *La technologie politique des individus*. In: DÉFERT, D.; EWALD, F. (eds.). **Dits et écrits II. (1976-1988)**. Paris: Gallimard, 2001h, p.1632-1647.
- _____. *Naissance de la biopolitique*. In: DÉFERT, D.; EWALD, F. (eds.). **Dits et écrits II. (1976-1988)**. Paris: Gallimard, 2001i, p. 818-825.
- _____. *Subjectivité et vérité*. In: DÉFERT, D.; EWALD, F. (eds.). **Dits et écrits II. (1976-1988)**. Paris: Gallimard, 2001j, p.1032-1037.
- _____. *Espace, savoir et pouvoir*. In: DÉFERT, D.; EWALD, F. (eds.). **Dits et écrits II. (1976-1988)**. Paris: Gallimard, 2001k, p. 1089-1104.
- _____. *A Governamentalidade*. In: MACHADO, R. (Org.). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 2004, p. 277-293.
- _____. *A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade*. In: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos; V: Ética, Sexualidade, Política**. Org. e seleção de textos Manoel B. da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b, p. 264-287.
- _____. **A Hermenêutica do Sujeito**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. **Histoire de la sexualité I : La volonté de savoir**. Paris : Gallimard, 2007.
- _____. **Histoire de la sexualité II : L'usage des plaisirs**. Paris : Gallimard, 2008a.
- _____. **Histoire de la sexualité III : Le souci de soi**. Paris : Gallimard, 2008b.
- _____. **Le gouvernement de soi et des autres**. Paris: Seuil/Gallimard, 2008c.
- _____. *Dits et Écrits. Vol. II*. Paris: Gallimard, 1994, p. 662. *apud* CASTELO BRANCO, G. *Foucault*. In: PECORARO, Rossano (Org.). **Os filósofos: clássicos da filosofia: v. III: de Ortega y Gasset a Vattimo**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.
- GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- GRABOIS, P. F. **Sobre a articulação entre cuidado de si e cuidado dos outros no último Foucault: um recuo histórico à Antiguidade**. Ensaio Filosófico, vol. III, p. 105-120, abril/2011.
- PORTOCARRERO, V. *Práticas sociais de divisão e constituição do sujeito*. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006, p. 281-295.
- RAMOS DO Ó, J. *Notas sobre Foucault e a governamentalidade*. In: FALCÃO, L.F.; DE SOUZA, P. (orgs.). **Michel Foucault: perspectivas**. Florianópolis: Clicdata Multimídia/Achiamé, 2005, p.15-39.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SENELLART, M. *Situação dos cursos*. In: FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. 1ª ed. Sao Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 495-538.